



**As capas do periódico pedagógico Síntese:
vestígios da história do magistério primário fluminense (1968- 1979)**

The covers of the pedagogical periodic *Síntese*:
traces from the primary magistery fluminense (1968-1979)

Las cubiertas de la *Síntese* periodica pedagogica:
huellas de la historia de la magistéria primaria fluminense (1968-1979)

Rosa Maria Souza Braga
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
<http://lattes.cnpq.br/6158441748990280>
<https://orcid.org/0000-0002-3865-3790>
rmsbraga@globo.com

Lia Ciomar Macedo de Faria
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/2897590944180460>
<https://orcid.org/0000-0002-9172-9934>
liafolia11@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as publicações expostas nas capas do periódico pedagógico *Síntese*, buscando pistas sobre a *União de Professores Primários Estaduais* (UPPE), que produziu e distribuiu o jornal. A UPPE é uma entidade de professores desde de 1945. Na fundação recebeu a primeira de suas outras designações: *União dos Professores Estaduais* (UPE). No mesmo ano, passou a ser denominada *União dos Professores Primários Estaduais* (UPPE). Em 1980, passou a atender também aos professores do segundo segmento do ensino fundamental e médio, recebendo o nome de *União dos Professores Públicos Estaduais* (UPPE). Em novembro de 1988 a UPPE foi transformada em sindicato, recebendo o nome de *União dos Professores Públicos no Estado*–UPPES/ Sindicato. Tomar as capas do periódico *Síntese* como fonte para buscar pistas sobre a UPPE é uma possibilidade de revisitar a história da instituição, dialogando com documentos ainda não contemplados pela Historiografia.

Palavras-Chave: União dos Professores Primários Estaduais (UPPE); Jornal *Síntese*; professoras primárias fluminenses; capas de periódico pedagógico.

Abstract

This article aims to analyze the publications exposed in the covers of the pedagogical journal *Síntese*, searching for clues about the *Union of Primary State Teachers* (UPPE), who produced and distributed the journal. UPPE has been a teacher organization since 1945. In the foundation received the first of its other designations: *Union of State Teachers* (UPE). In the same year, it was renamed *Union of Primary State Teachers* (UPPE). In 1980, it also attended the teachers of the second segment of elementary and middle school, receiving the name of "Union of Public State Teachers" (UPPE). In November 1988, the UPPE was transformed into a union, receiving the name *Union of Public Teachers in the State* -UPPES / Union. Taking the covers of the journal *Síntese* as a source to search for clues about the UPPE is a possibility to revisit the history of the institution, dialoguing with documents not yet contemplated by Historiography.

Keywords: Union of State Primary Teachers (UPPE); Journal *Síntese*; fluminense primary teachers; journals covers

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las publicaciones expuestas en las portadas de la revista pedagógica *Síntese*, en busca de pistas sobre la *Unión de Maestros Primarios del Estado* (UPPE), que produce y distribuye la revista. El UPPE es una organización de profesores desde 1945. En la fundación recibió el primero de sus otros nombres: *Unión de los Maestros del Estados* (UPE). En el mismo año, que pasó a llamarse *Unión de Maestros Primarios del Estado* (UPPE). En 1980, comenzó a responder también a los maestros del segundo segmento de la escuela básica y media, que recibe el nombre de *Unión de Maestros Públicos del Estado* (UPPE). En noviembre de 1988, el UPPE se transformó en la unión, que recibe el nombre de *El Sindicato de Maestros Públicos en el Estado* - UPPES / Unión. Tomar las portadas de la revista *Síntesis* como una fuente para encontrar pistas sobre el UPPE es una oportunidad de volver a examinar la historia de la institución, dialogando con los documentos que no están cubiertos por la Historiografía.

Palabras Clave: Unión de Profesores de Primaria del Estado (UPPE); Journal *Síntese*; profesores de primaria fluminenses; portadas de revistas

À guisa de introdução: UPPE - PROPÓSITOS E FINS

O enunciado *UPPE - Propósitos e fins* é destaque na capa da edição número 21 do periódico *Síntese*, referentes aos meses de abril/setembro de 1977. O título relaciona-se à exposição dos serviços oferecidos pela União de Professores Primários Estaduais (UPPE) às sócias dessa instituição, que estão relacionados à assistência médica e odontológica e a moradia para professoras primárias em situação de fragilidade social.

Tomando como fonte privilegiada as capas do periódico pedagógico *Síntese*, o artigo busca pistas sobre a UPPE, que produziu e distribuiu o jornal. Adentrar nas investigações sobre associações docentes têm o sentido de perscrutar os espaços que foram utilizados para a construção da identidade profissional docente, em especial nos anos finais da década de 1960 e 1970. No caso da entidade analisada, a investigação se volta para os percursos da construção identitária do professorado primário fluminense, em específico o grupo de professoras de Niterói, pois era, principalmente, o local que o impresso circulava (BRAGA, 2017).

A UPPE é uma entidade de professores desde 1945, quando foi fundada por Maria Francisca Pereira Marinho. Na fundação recebeu a primeira de suas outras designações: *União dos Professores Estaduais* (UPE). No mesmo ano, após a elaboração e aprovação do Estatuto, passou a ser denominada *União dos Professores Primários Estaduais* (UPPE). Em 1980, passou a atender também aos professores do segundo segmento do ensino fundamental e médio, recebendo o nome de *União dos Professores Públicos Estaduais* (UPPE). Em novembro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a UPPE foi transformada em sindicato, recebendo o nome de *União dos Professores Públicos no Estado* –UPPES/ Sindicato.

Ramos (2015) classifica a entidade como conservadora, considerando as práticas e concepções presentes na entidade. Tais afirmações se referem, principalmente, as exaltações a políticos do regime militar e as constates exaltações ufanistas que aparecem durante as edições jornal da UPPE.

Para Braga (2017) houve uma modificação em relação aos propósitos de criação da entidade e os rumos tomados ao longo dos anos. Essas modificações apontam no sentido de garantir a existência da entidade, em especial no período da política interventora de Amaral Peixoto, no governo do estado do Rio de Janeiro.

A criação da UPPE é atribuída a um desentendimento entre a professora Maria Francisca e Amaral Peixoto (MACHADO, 2013). O episódio ocorreu no início do mês de abril de 1945, quando um grupo de professoras que se preparava para falar com o Interventor Amaral Peixoto. As professoras chegaram até a esse encontro através de uma passeata organizada pela professora Maria Francisca. A estratégia foi a de reunir professores de várias regiões de Niterói e se dirigir até o Palácio do Ingá. Nos planos das docentes estavam o de serem recebidas por Amaral Peixoto, com o intuito de fazer uma reivindicação salarial. Havia o desejo de que os Ajudantes de Ordens de Amaral Peixoto arransassem um encontro.

Organizada a manifestação, a professora Maria Francisca foi à frente das professoras como líder do movimento. Ao chegar à porta do Palácio do Ingá, um Ajudante de Ordens determinou que se organizasse um grupo de professoras para falar com o Interventor. Em frente à escadaria do Palácio as professoras escolhidas viram as portas se abrirem e avistaram a pouca distância Amaral Peixoto. Nesse momento, o Interventor indagou aos seus Ajudantes de Ordens: – *Afinal, o que as professoras querem?* Sem consultar o grupo que aguardava, os auxiliares informaram que a espera era motivada pelo desejo de falar com ele. Novamente, insistiu Amaral Peixoto: – *Mas diga, o que elas querem?* Novamente, responderam pelo grupo: – *Elas vieram pedir uma melhoria de salário.* Diferentemente do restante do diálogo, dessa vez, o Interventor se dirigiu diretamente para Maria Francisca e disse: – *Mas professora comunista também pede aumento? O estado não tem como fazer isso, não.* (MACHADO, 2013, p. 27). Esse foi todo o diálogo com Amaral Peixoto, naquele momento.

Maria Francisca era filha de fazendeiros e irmã de Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Certamente esse foi um dos motivos que levaram Amaral Peixoto a se referir a ela como “professora comunista”. Braga (2017) assinala que Maria Francisca compartilhava dos mesmos ideais que seu irmão, pois ela viu o nascimento do Partido Comunista em sua própria casa. Seu objetivo era o de criar o partido da educação, congregando todos os professores do Brasil. (BRAGA, 2017).

Maria Francisca foi a fundadora da UPPE, mas permaneceu pouco tempo na direção da entidade. Em 1946, foi eleita para a presidência a professora Icleya Gomes de Almeida, que era casada com um importante médico da região e havia sido diretora do Grupo Escolar Guilherme Briggs, situado em Santa Rosa, Niterói. Braga (2017) aponta que mesmo diante do afastamento do cargo, Maria Francisca permaneceu nos bastidores da entidade até a década de 1970. O afastamento definitivo se deu nos anos da direção de Anaíta Cardoso (1962-1988) (BRAGA, 2017).

Foi no período da administração da Professora Anaíta Cardoso que o impresso da entidade foi criado. A primeira edição foi em julho de 1968, primeiramente foi nomeado de *Síntese Informativa da UPPE*. A edição inicial assinala que o objetivo de fundação do impresso se referia a aproximação do quadro social e a prestação de informações sobre as atividades *upeanas*. Em setembro de 1972, o periódico passa a se chamar *Síntese*, mas continuou, como informado na capa do jornal, a ser *Órgão Oficial da União dos Professores Primários Estaduais*, evidenciando as vinculações do periódico. O jornal circulou entre julho de 1968 a dezembro de 1979. As publicações oscilavam entre uma periodicidade trimestral, semestral e até anual (BRAGA, 2017).

O jornal *Síntese* é uma fonte privilegiada para compreender a UPPE. Utilizar a imprensa educacional como fonte faz emergir um leque de possibilidades, pois, conforme aponta Cunha (2015), os impressos fazem parte de uma materialidade que nos dá acesso a uma leitura do passado, do presente e os desejos para o futuro que é almejado. Assim, ao serem utilizados nessa lógica, ganham “cidadania histórica”, qual seja desde sua destinação e seu sumário, têm como finalidade uma função pedagógica, de educar, de estabelecer criatividade nos leitores, considerando que, a leitura, por mais doutrinária que seja, não sucumbe ao aspecto de ser uma prática criativa. (CUNHA, 2015).

As capas como vitrines dos impressos

O Jornal *Síntese* dá acesso às práticas e concepções vigentes sobre e para o magistério primário da entidade que o produzia. A importância também é verificada por fazer emergir vozes, que não são possíveis de serem ouvidas em outras documentações (NÓVOA, 1997). A escrita jornalística é expressiva, pois, muitas vezes, ela não é demasiadamente peneirada, possibilitando desvelar situações não detectadas, como por exemplo, em outras materialidades, tais como documentos oficiais, aponta o autor.

Considerar esses aspectos trazendo como fontes privilegiadas as capas dos impressos requer considerar que há uma centralidade nesses materiais. Protagonistas do que o tabloide pretende publicizar, as capas anunciam, antecipam, seduzem o leitor e são um espaço nobre nos jornais. (RAMALHO, MASSARI, MEDEIROS, 2010). Distante da concepção de um espaço neutro, sem intencionalidade, a primeira página de um jornal se incumbe de expor os objetivos, as filiações políticas, sociais e culturais. Trata-se de uma vitrine, pois traz dados a respeito do jornal como um todo. Nesse espaço do impresso estão contidas as informações que foram consideradas de maior relevância para os editores, acompanhadas por elementos intertextuais, intercalados por textos escritos, fotos, ilustrações e anúncios publicitários. As tipografias escolhidas para cada capa têm a finalidade de instigar o leitor a querer ler o restante do jornal.

Para Oliveira (2015), a capa deve romper com a concepção de expositor de loja. As notícias precisam ser mostradas de modo a despertar interesse de o leitor a folheá-las e degustar a leitura. O texto exposto na capa de um impresso pode apresentar um teor de comicidade ou não, mas fundamentalmente deve aguçar a curiosidade para a leitura.

Os jornais impressos valoram as capas. A partir da análise dessa parte do jornal, se percebe a identidade social do periódico, as características jornalísticas e os posicionamentos frente aos acontecimentos sociais. Dada à centralidade dessa escolha, para estampar a capa de um jornal é necessário que a notícia passe por várias etapas de seleção, que devem considerar o objetivo de destino da notícia (FORMENTÃO, 2009).

Larentis (2008) aponta que no nome, na foto ou no texto da capa do impresso uma espécie de “*presença*” da confiança habita. *A escolha dos componentes da capa – assim como sua tipologia particular – tem como fim produzir um discurso que consista de um repertório onde a confiança esteja presente e presenciável.* (p. 34). Desse modo, a capa inicial do tabloide é também elaborada de modo a passar credibilidade e legitimidade sobre o que será apresentado no jornal. De imediato, a confiança do leitor se estabelece pela capa do periódico.

As capas do impresso da UPPE contribuem na análise sobre que entidade foi a produtora do impresso, bem como permite verificar as adesões e os distanciamentos que a entidade fez ao longo do período que impresso circulou. É também uma possibilidade de lançar um olhar sobre as prescrições e as condutas recomendadas ao magistério primário fluminense. Essas análises têm a intenção de lançar luz sobre as associações de professoras primárias, no que tange às representações e valores difundidos das práticas pedagógicas e das recomendações do âmbito social. Trata-se de uma investigação do modo pelo qual a identidade da professora primária fluminense foi construída durante os anos de 1960/1970 e como as entidades promotoras dessa construção se utilizaram dos recursos disponíveis para propagar suas ideias.

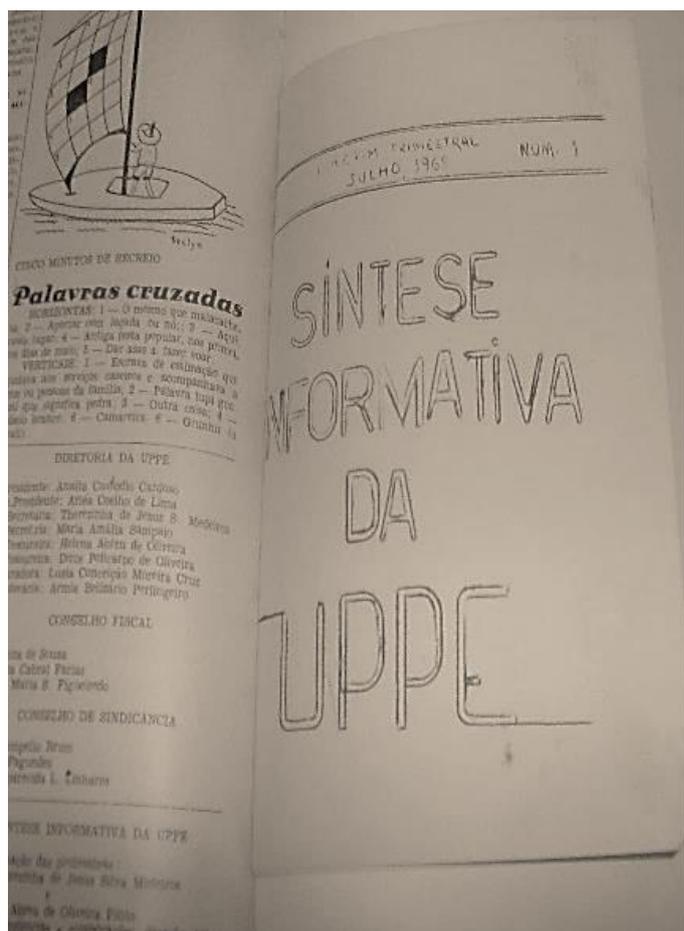
Capas que contam histórias

O Jornal *Síntese* circulou durante onze anos, com vinte e sete edições, compreendendo o período de 1968 a 1979. Não havia uma regularidade de publicações. Em alguns anos são publicadas três edições, em outros anos somente um exemplar. Braga (2017) aponta que não há informações no periódico sobre a regularidade das publicações. As evidências indicam que as edições correspondem às demandas da entidade.

No período que o jornal circulou foram realizadas diversas mudanças tipográficas. Luca (2011) afirma que *o advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico* (p.134). Nesse sentido, a seleção considerou as mudanças tipográficas que o periódico passou ao longo de sua existência pois essas tinham o sentido de trazer dinamismo e a finalidade de expressar de forma eficiente os objetivos do impresso. Considerando que o jornal pretendia ser o difusor das ideias da entidade, tais mudanças trazem pistas sobre as estratégias da entidade para se manter eficiente em difundir as concepções que abraçava.

Foi em julho de 1968 que o primeiro exemplar do periódico começou a circular. O *Síntese Informativa da UPPE* era simplório e artesanal. A capa expunha somente o nome do periódico.

Edição nº 01 – Síntese Informativa da UPPE/Jul 1968



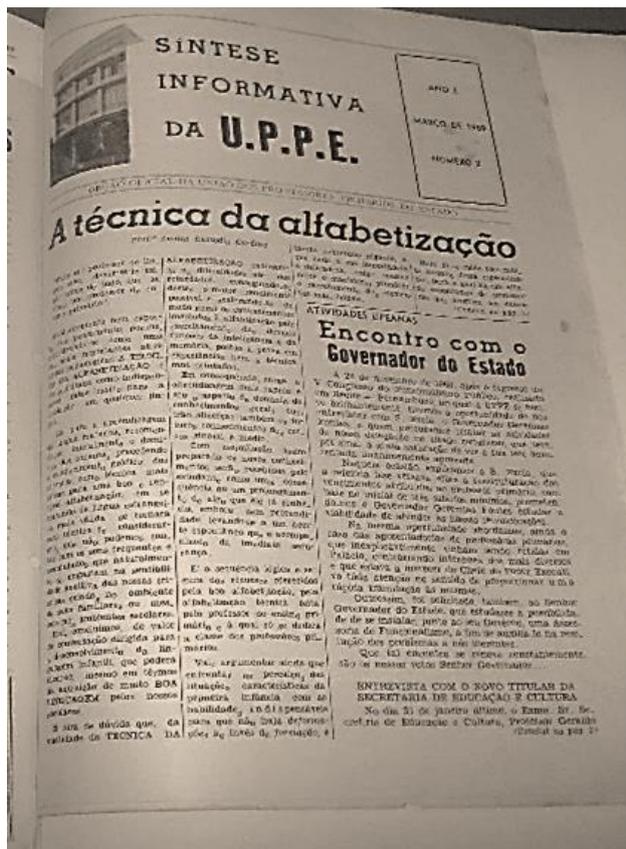
Fonte: Acervo da UPPE-RJ – União dos Professores Públicos do Estado - Sindicato

Quando a UPPE publicou o seu primeiro exemplar era julho de 1968. Aquela época contava quatro anos da instalação do governo militar. A frente do governo estava Costa e Silva (1967-68). Esse governo foi marcado pela expansão do aparato militar no âmbito das informações. A primeira etapa desse crescimento se deu no governo anterior, de Castelo Branco, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nesse momento, portanto, havia uma expansão do caráter de vigilância da máquina estatal, contanto com a colaboração dos estaduadineses (D'ARAÚJO, JOFFILY, 2019).

No terreno dos veículos de comunicação desde 1967 a imprensa, os jornais e jornalistas tentavam se adaptar às novas regras que passaram a vigorar a partir da Lei da Imprensa. Tratava-se de dispositivos legais reunidos na Lei 5.250, que entrou em vigor em 14 de março de 1967. Em consonância com a Lei de Segurança Nacional, na prática, a legislação tinha como finalidade censurar a imprensa. Fico (2019) aponta que tudo poderia sofrer censura, sendo necessário apenas o governo se pautar pelas dubiedades que constavam na legislação.

Diferentemente da UPPE, que expandia seus canais de comunicação com as associadas sem passar pela peneira da censura, no âmbito das associações de classe, o Sindicato dos Professores da Guanabara vivia, desde 1964, sobre forte repressão, tendo tido seu ápice em 1968, aponta Carvalho (2008). Nesse momento havia um temor dos professores de frequentar o sindicato, ainda que ele continuasse funcionando numa aparente normalidade.

Edição nº 02 – Síntese Informativa da UPPE/Mar 1969



Fonte: Acervo da UPPE-RJ – União dos Professores Públicos do Estado - Sindicato

Na segunda edição o jornal modificou a tipografia da capa. O amadorismo da primeira edição cedeu lugar a uma organização elaborada. No âmbito das técnicas de produção de periódicos da grande imprensa, no início de 1968 a *A Folha de S. Paulo* passou a imprimir o “jornal a frio”, que se tratava da técnica de *off set*. Anteriormente a esse processo, era utilizado o jargão de impressão a quente. (MARTINS, LUCA, 2015). O modo de *off set* foi uma grande revolução nos parques gráficos do Brasil. Esse processo de fotocomposição trouxe inovação e modificou o *design* dos jornais diários. Enquanto na composição feita pelo modo manual, e no modo quente, o tipo deveria ser entintado para impressão, nesse modelo, os caracteres passam a ser projetados e expostos sobre um filme ou papel foto sensível, resultando em letras de fôrma bem definidas (AZEVEDO, 2009). O Jornal da UPPE passou a utilizar essa nova tecnologia em meados da década de 1970.

Naqueles anos finais década de 1960, quando o jornal da UPPE se distanciava de técnicas amadoras de produção, o impresso estampava uma capa que dava destaque para o tema da alfabetização. Essa temática foi emblemática dentro do governo militar. Em 1967 o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (criado a partir da lei nº 5.379/67), que ambicionava erradicar o analfabetismo em dez anos. Anteriormente ao Golpe de 1964, o país vivenciou um momento profícuo em relação à campanhas educativas e programas cultura popular, em especial no Nordeste do Brasil. Foi nesse período que as mobilizações sociais em favor das chamadas reformas de base se avultavam. O setor rural nordestino estava em ebulição com as Ligas Camponesas e com os sindicatos rurais, na luta pela reforma agrária. Partidos que defendiam as reformas também ganhavam espaço no parlamento, bem como políticos ligados à esquerda ganhavam espaço nas eleições. Alguns grupos da Igreja Católica se aproximavam das questões sociais que fervilhavam pelo país. No âmbito externo, a “Guerra Fria” e da Revolução Socialista de Cuba dava o tom nas relações internacionais.

Nesse contexto, a educação ganhou relevância por parte dos grupos que defendiam as reformas de base. Essa importância estava para além da alfabetização de milhares pessoas, dizia respeito ao aspecto político da educação, que estava relacionado à construção da cidadania e a participação política dos variados grupos da sociedade brasileira. Assim, surgiram iniciativas na prefeitura do Recife, que implementou o Movimento de Cultura Popular (MCP); em Natal, com a Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler"; em João Pessoa, surgiu a Campanha de Educação Popular (Ceplar). A Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) instituiu o Movimento de Educação Popular (MEB).

Ainda que dispusessem de metodologias próprias, tais iniciativas no âmbito da educação foram influenciadas pelo exitoso trabalho de alfabetização realizado por Paulo Freire. Tais resultados foram determinantes para que no início de 1964, antes do Golpe, ao ser instituído o Plano Nacional de Alfabetização, o método de Paulo Freire foi oficializado pelo governo brasileiro (GERMANO, 1997).

No período entre compreendido entre 1964 e 1969 é caracterizado por uma ausência do Estado em relação ao acesso de adultos à alfabetização (ALMEIDA, DE CARVALHO, 2020). Desde o Golpe Militar, em 1964, as práticas educativas e formativas da população foram controladas, considerando a resistência da imprensa e do governo militar às práticas de alfabetização freirianas.

Essa lacuna pressionou o governo militar a se posicionar em relação à oferta de educação a adultos sem escolarização. A estratégia foi a de buscar políticas educacionais que fossem ao encontro dos empresários e ao Estado repressor. Em setembro de 1967 era encaminhado para o Congresso o Plano sobre Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos, que versava sobre essa situação e colaboraria na proposição de iniciativas para a escolarização de jovens e adultos. Assim, em 1969 o Mobral começa a funcionar.

Ao lado da importante temática da alfabetização, também ganhava destaque o encontro com o Governador Geremias Fontes. O político era filiado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido alinhado ao governo militar, desde a instauração do Ato Institucional nº2 - que extinguiu os partidos políticos e instalou o bipartidarismo. A eleição de Geremias se deu em fevereiro de 1966, por determinação do o Ato Institucional nº 3, que tornou as eleições para os governos estaduais em indiretas. Assim, em setembro, do mesmo ano, Geremias Fontes foi escolhido governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembleia Legislativa. Aquela época, a capital do Rio de Janeiro era Niterói, mesma localidade da sede da UPPE.

Na data de publicação da segunda edição do *Jornal*, contava apenas três meses da instauração do Ato Institucional nº5. Nas concepções sobre a ditadura, o AI-5 foi o mais importante, pois era um cenário de um golpe dentro de outro golpe. Com essa legislação, o país deixava no passado o que havia de resquício das liberdades públicas e individuais. É com a instauração desse Ato que começam efetivamente os anos de chumbo. (D'ARAÚJO, JOFFILY, 2019). Foi nesse momento que a ditadura começa a ser escrita com "D" maiúsculo (GERMANO, 2011). O que restava dos "escrúpulos de consciência" foram "mandados às favas", conforme frase do Coronel Jarbas Passarinho. Após a publicação desse Ato o Estado de Segurança Nacional assumia sua completude. Diferente dos Atos anteriores, esse não teve a delimitação temporal. Ao contrário disso, se tornou permanente sobre todos os setores da sociedade civil. Nesse cenário, todas as pessoas passavam a figurar como potenciais inimigos do Estado (GERMANO, 2011). O ordenamento de Atos dava ao presidente da República plenos poderes, apartado do controle social, jurídico e político.

Diante desse contexto, eleger como tema da capa discussões alinhadas com governo expõe as associadas as concepções que a entidade abraçava naquele momento, os discursos que referendava e as escolhas que fazia. Para além disso, a entidade adota uma postura do não enfrentamento em prol das questões de classe, diferente dos propósitos de criação da UPPE. Havia um acordo tácito de uma boa convivência com o ideário ditatorial.

A professora Anaíta estreita o relacionamento com a entidade na década de 1940, quando em 1946 tornou-se associada. Nessa data, a entidade contava com apenas um ano de existência. Em 1950, Anaíta passou a fazer parte da direção, na função de 1ª secretária da direção, que àquela época era exercida pela professora Icleya Gomes de Almeida. A professora Icleya exerceu seu mandato de 1948 a 1966, em lugar da primeira presidente, Professora Maria Francisca Pereira Marinho.

Segundo relato de Teresinha Machado, atual presidente da instituição e que substituiu Anaíta em 1988, a ex-presidente da UPPE tinha um temperamento de liderança e que controlava tudo com *pulsos firmes* na entidade (BRAGA, 2017). Ramos (2015) aponta que nos dias atuais há uma ausência na entidade em relação ao período da administração de Anaíta.

O tempo na direção da entidade não deixou marcas da passagem de ex-diretora. O pesquisador acredita que essa ausência pode ter relação ao período da administração de Anaíta que foi marcado por situações que trouxeram problemas para a entidade e para sua presidente. Nesse período, houve uma aproximação de grupos opositores à professora dentro da UPPE, aliados a uma militância mais combativa, que eram representantes do “novo sindicalismo”, liderados por Godofredo Pinto.

Esse grupo, começou a fazer denúncias de supostas irregularidades na gestão financeira de Anaíta. Após um trabalho de investigação e com provas que ligaram Anaíta às fraudes com o dinheiro da UPPE, o grupo denunciou o caso. Em retaliação, os denunciantes foram expulsos da associação, mas Anaíta não tardou a sofrer com a divulgação da suspeita de fraude também. A diretora passou por um processo de apuração interna que determinou até mesmo não poder entrar na instituição. Essa proibição se estendeu até que fosse concluído que nada havia de errado. Entretanto, mesmo diante dessa verificação, ela deixou o cargo em uma assembleia para uma direção provisória assumir o cargo. (RAMOS, 2015).

Anaíta Cardoso, assim como as antecessoras da ex-diretora, permaneceram no cargo durante vários anos. Segundo Braga (2017), para permanecer no cargo durante vinte e sete anos seria necessária uma expressiva capacidade de liderança. Contudo, considerando o contexto que essa administração acontece, o perfil de líder não era suficiente para mantê-la durante mais de duas décadas nesse lugar. A pesquisadora aponta apadrinhamentos de importantes figuras do âmbito político. Em especial do político Amaral Peixoto e do jornalista Alberto Torres, dono do jornal niteroiense *O Fluminense*. A proximidade com Alberto Torres com a entidade é verificada pela identificação do busto do jornalista na entrada da UPPE (BRAGA, 2017).

A centralidade de Anaíta Cardoso nas capas de jornal da UPPE expõe um modelo de mulher, de professora e de autoridade feminina referendado pela entidade: uma mulher com comportamento de viés autoritário e controlador.

Edição nº 24 - Jornal *Síntese*, mai/ago 1978



Fonte: Acervo da UPPE-RJ – União dos Professores Públicos do Estado - Sindicato

A partir da edição nº 12 o jornal passou a se chamar *Síntese*. As modificações tipográficas na capa do impresso acontecem a partir da edição nº 24. Especificamente nessa tiragem, o nome do impresso, e o símbolo da instituição, aparecem na cor azul. Esse modelo não foi adotado para as edições posteriores, a cor utilizada continuou a ser a cor preta.

Em consonância com avanços no âmbito da imprensa, o jornal da UPPE buscava fazer modificações, ainda que não tenham permanecido nas edições posteriores. Gruszynsky et al (2016) destacam o que o equilíbrio entre a importância da forma e do conteúdo foram preponderantes no quarto período da *revolução gráfica*. Os anos finais da década de 1970 são marcados por uma preocupação em relação às inovações tanto na forma do impresso, como da produção. Paulatinamente, com avanço de tecnologias é possível verificar o aparecimento dos primeiros *softwares*, que vão dar acesso ao processo de editoração eletrônica.

Atravessado por esse contexto, acontecia uma competição entre os modos de produção gráfica. No final do século XX alguns jornais da grande mídia, como o *Jornal do Brasil*, passam a se utilizar de mais cores, da infografia, de sumários nas capas, etc. Tais mudanças se dão no mesmo período em há uma queda no número de leitores. Diante desse cenário, que rapidamente se modificava e impunha novas formas de existir e de comunicar, os impressos foram empurrados a realizar modificações. Foi uma conjuntura que se impôs, apontando para a necessidade de novos padrões visuais e editoriais. Há uma constatação de que não só alterações visuais se faziam necessárias, mas também mudanças de ordem editorial. As capas dos impressos têm uma atribuição fundamental na finalidade de persuadir o leitor.

Em meio a esse campo de tensões que se coloca nas redações e nos parques editoriais, exigindo novas habilidades de atratividade, a UPPE publiciza na capa nº 24 uma matéria sobre o aniversário da professora Anaíta Cardoso, mas fazendo referência aos professores aposentados. Dada a centralidade e o destaque, há evidências de que o movimento de criar interesse nas leitoras era permeado por tratar temas relacionados as aposentadas da instituição, beneficiárias, em especial, dos serviços assistenciais.

Braga (2017) assinala que o aspecto assistencial foi fortemente abraçado pela UPPE. Em especial em relação ao convênio médico-hospitalar, firmado pela entidade em 1973. Matos (1988) aponta que o crescimento e a expansão dos sindicatos durante o período da Ditadura estiveram vinculados à concepção de melhora das condições de vida dos trabalhadores. Assim por vias intervencionistas ou de apoios, que eram adjetivados como voluntários, o governo buscava formas de adesão no intento de criar uma política sindicalista que se voltasse não só à repressão aos sindicatos, mas também que essas instituições atuassem como órgãos auxiliares juntos à classe trabalhadora. Os serviços assistenciais cumpriam essa finalidade.

Nessa esteira, as entidades de classe voltaram para investimentos em bens patrimoniais e em setores assistencialistas, desfocando a mobilização das categorias nos períodos de negociação com o empresariado ou com o governo. Essa estratégia trouxe outros resultados, como, por exemplo, um aumento expressivo de sindicatos de algumas categorias.

Em detrimento das lutas das categorias, abraçar a perspectiva assistencial significou uma expansão quantitativa de sindicatos.

A partir de 1964, com o início do governo dos militares, houve uma concentração de poder nas mãos do Executivo, forjando um distanciamento entre o Estado e a sociedade civil, que no âmbito do movimento sindical significou uma política intervencionista. Esse deslocamento se delineou em um enfraquecimento das atividades dessas entidades, restringindo-os a espaços voltados para o assistencialismo e com fins recreativos (FARIA, 2011).

A aderência aos aspectos assistenciais dos sindicatos vai na contramão dos cenários verificados na Europa no mesmo período. Xavier (2013) assinala que estudos do início da década de 1970 já mostravam que no Brasil, e na América Latina, os trabalhadores foram enquadrados pelo Estado reduzindo sua capacidade de liberdade, de ação e de mobilização. Diferentemente dos países denominados “desenvolvidos”, em que o sindicalismo, após um período de conflitos, se modificou de um viés voltado para as discussões classistas de cunho radical, para uma abordagem mais preocupada com a participação operária nas questões, estritamente, fabris.

Iniciativas como a criação do jornal da UPPE, que se tornaram vitrines do ideário da Ditadura, contribuíram no sentido extinguir quaisquer vestígios remanescentes dos movimentos sociais que ganharam contornos expressivos nos anos anteriores ao Golpe de 1964. As questões referentes aos trabalhadores e as organizações de classe foram as principais preocupações da Ditadura. Fontes (2018) salienta que anteriormente a esse período houve um inédito espaço político conquistado por lideranças das entidades de classe, aspecto que causava desconforto ao empresariado e as lideranças patronais e alimentava a suposta ideia de “República Sindical” (p.5).

Na contramão desse processo, a criação do jornal permite a entidade dar visibilidade aos aspectos assistenciais oferecidos às associadas e a mostrar o alinhamento com o Governo. Tal disposição possibilitou que o impresso não sofresse nenhuma censura em relação ao conteúdo publicizado.

Edição nº 26 – Jornal *Síntese*, jan/jun 1979

Fonte: Acervo da UPPE-RJ – União dos Professores Públicos do Estado - Sindicato

A capa nº 26 mostra a última modificação feita na tipografia do jornal, que está relacionada ao tamanho das letras e a ilustração com o acompanhado de uma fotografia. Mareco e Pasetti (2010) assinalam a importância dos enunciados como destaque da capa, sendo esses indicadores da notícia mais importante. Essa distinção está relacionada às manchetes que estiverem graficamente em lugar de relevância ou com letras carregadas de tinta. Esse tipo de composição tem a finalidade de chamar atenção do leitor e convencê-lo a se debruçar na leitura, tendo como chamariz a letra em destaque e ao local escolhido na capa. A análise da tipografia dos enunciados auxilia na identificação do posicionamento discurso que os impressos assumem, considerando ser a porta de entrada do leitor para o texto. Esse tipo de análise tem como finalidade enquadrar o que seria mais relevante na matéria (MARTINS, MOURA, 2016).

As fotografias também têm uma classificação nos periódicos. Lima (1989) aponta que existem três classificações de apresentação de fotografias nos periódicos: as fotografias sociais, as fotografias de esporte e as fotografias culturais. As fotografias sociais abordam temas como política, economia e negócios. A função dessa categoria é chamar atenção à foto antes de a matéria ser lida, devendo ocupar a parte mais nobre do jornal. Em relação às fotos de esportes e as culturais, as primeiras têm uma função estética, pois concretizam informações já conhecidas pelo leitor. As culturais têm o objetivo de ilustrar uma informação.

A foto social da *Casa do Professor* cumpre a finalidade de ser o registro da realidade, chamando atenção para um local valoroso para a entidade. Para Braga (2017) expor fotos da *Casa do Professor* no periódico da entidade tem a função de reforçar a imagem de uma instituição que cuidava do professorado, forjando um perfil assistencial.

A *Casa do Professor*, inaugurada em outubro de 1977, tinha como finalidade prestar hospedagem às sócias em trânsito pela Cidade de Niterói, não tendo um caráter de moradia permanente. Segundo Braga (2017), a publicização desse projeto no periódico da entidade fez aumentar o número de sócias que utilizam os serviços assistenciais prestados pela UPPE. O jornal era utilizado como uma vitrine dos serviços assistenciais prestados da entidade, que em meados da década de 1970 tinha como pilares o serviço médico-hospitalar e a *Casa do Professor* (BRAGA, 2017).

Tais delineamentos contribuíram no sentido de reforçar a conformação da UPPE como uma entidade de classe distanciada das lutas e reivindicações dos professores primários fluminenses. Esse projeto difere das finalidades de criação da entidade, nos anos de 1940, que uma temática de contestação e de reivindicação por melhores condições salariais e de trabalho para o professorado primário fluminense. Diferentemente disso, os contornos de atendimento às sociais assumidos pelas direções, em especial nos anos finais da década de 1960 e nos anos de 1970, vão ao encontro da formação do trabalhador *disciplinado, cooperativo e avesso às lutas de classe* (FONTES, 2018, p. 6), como propunha os pressupostos de governo da Ditadura.

Considerações finais

Considerando as mudanças tipográficas das capas do periódico da UPPE é possível pontuar dois aspectos. Primeiramente que o jornal foi se modificando ao longo do período que circulou, tentando difundir as concepções que defendia. Os recursos de divulgação das bandeiras da entidade, tais como os serviços assistenciais e a centralidade da diretora da UPPE, foram renovados com o passar dos anos. Para essa finalidade o periódico apostou na modernização do uso das letras, nos recursos de imagens, no modo de apresentação dos enunciados, etc. Desde as primeiras edições a entidade identificou que o impresso poderia ser eficaz na finalidade de propagar os ideários abraçados pela UPPE, justificando os investimentos feitos na inovação do impresso.

O segundo aspecto se refere às contribuições que o jornal trouxe à categoria de professoras primárias, a partir das bandeiras defendidas no impresso. A marca da entidade foi o cunho assistencial, que se traduzia em uma ausência nas lutas salariais ou nas causas trabalhistas. No âmbito do magistério primário fluminense, em especial o professorado primário de Niterói, ajudou a conformar o ideário de trabalhadora disciplinada e submissa. E, em acordo com a doutrina da Ditadura, fazer com que a identificação com as entidades de classe fosse somente como locais de prestação de serviços assistenciais e recreativos.

Referências

AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Revista Mediação*, v. 10, n. 09, 2009.

BRAGA, Rosa Maria Souza. “*Nós as saudamos professoras fluminenses: produção, circulação e representações de professoras primárias no jornal Síntese da UPPE*.” Tese (Doutorado em Educação). UERJ, 2017.

CARVALHO, Deliane da Silva. *Professor, presente! O sindicato dos professores do Rio de Janeiro e a memória do período entre 1964 a 1980*. 2008. 112 f. Dissertação (Memória Social) UERJ, Rio de Janeiro.

CUNHA, Maria Teresa Santos. A Revista Editora do Brasil (EBSA): uma pauta para professores brasileiros. In: DIAZ, José María Hernández (Coord). *La Prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: *O Brasil Republicano: o tempo do Regime Autoritário*. Org. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2019.

DE ALMEIDA, João Paulo Guerreiro; DE CARVALHO, Sandra Maria Gadelha. As repercussões do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas vidas de educandos: idas e vindas de suas trajetórias escolares. *Research, Society and Development*, v.9, n.8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6347>

FARIA, L. *Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Quartet, 2011.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O Brasil Republicano: o tempo do Regime Autoritário*. Org. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2019.

FORMENTÃO, F. Estudo semióticos dos jornais: possibilidades de diálogo na filosofia da linguagem. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*; 04- 09 de set. 2009. Curitiba, PA. Intercon – Sociedade Brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação.

FONTES, Paulo. Prefácio. In: NAGASAVA, Heliene. *O sindicato que a Ditadura queria*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

GERMANO, José Willington. As quarenta horas de Angicos. *Educação & Sociedade*, v.18, n.59, p.391-395, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000200009>

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRUSZYNSKI, Ana et al. Design de jornais. *Brazilian Journalism Research*, v.12, n.3, 2016, p.34, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v12n3.2016.906>

LARENTIS, M. *Confiança midiática: estudo em jornais do Rio Grande do Sul*. 2008. 162p. Tese (Ciência da Comunicação) – UNISINOS, São Leopoldo.

LIMA, Ivan. *Fotografia brasileira: realidade e linguagem*. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil*. SP: Unesp, 2011.

MACHADO, Teresinha. *Marcados pela história*. Niterói: UPPE, 2013.

MARECO, Raquel Tiemi Masuda; PASSETTI, Maria Célia Cortez. Greve dos professores do estado de São Paulo: efeitos de (im) parcialidade em manchetes de dois jornais paulistas. *Revista NUPEM*, v.2, n.3, p.119-131, 2010. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v2i3.45>

MARTINS, Allyson; MOURA, Clarissa. Caso Herzog nos jornais Folha de S. Paulo e o Globo: História E Posicionamento do Discurso durante a Comissão Nacional da Verdade. *Contracampo*, v.35, n.1, 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MATOS, Marcelo Badaro. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, F. N. S. da.; RAMALHO, M.; MASSARANI, L. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.439-454, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200010>

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVIERA, Ivan Carlos de. *A linguagem verbo-visual e seus efeitos de sentido nas capas da Revista Geração JC*. Dissertação (Mestrado em Logística Aplicada). Universidade de Taubaté, 2015.

RAMOS, Diego da Silva. *A UPPE e sua relação com a Ditadura Militar*. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social), UERJ, Rio de Janeiro.

XAVIER, Libania. *Associativismo docente e construção democrática: Brasil-Portugal (1950-1980)*. Rio de Janeiro: Eduerj; Faperj, 2013.